

ANEXO III/2011 – REFERÊNCIAS TEMÁTICAS

Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Projeto Estruturante: A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa: A Efetividade do Processo como Direito Fundamental

Professores: Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes, Fernando Gonzaga Jayme, Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves e Manoel Galdino da Paixão Júnior

Referências Temáticas:

1. Teoria geral do processo: fundamentos e perspectivas acadêmicas
2. Jurisdição
3. Teoria definidora da natureza jurídica da ação
4. Natureza jurídica do processo
5. Processos de conhecimento, cautelar e execução
6. Partes e causa de pedir
7. Teoria da prova
8. Teoria dos recursos
9. Sentença e coisa julgada
10. Execução de sentença

Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Projeto Estruturante: A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa: Tutela diferenciada dos direitos individuais e coletivos

Professores: Humberto Theodoro Júnior - Juliana Cordeiro de Faria e Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves

Referências Temáticas:

1. DIREITO E PROCESSO

- Bibliografia:

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influencia do direito material sobre o processo*. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Direito e processo*. In: DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, v. I.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Direito e processo: aprimoramento e modernização do direito processual*. Rio de Janeiro: AIDE, 1997.

2. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL E SEUS NOVOS RUMOS: EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES.

- Bibliografia:

GRECO, Leonardo. *A teoria da ação no processo civil*. São Paulo: Dialética, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Novos rumos do direito processual civil: efetividade da jurisdição e classificação das ações - Ação executiva lato sensu - Tutela de urgência*. *Revista Dialética de Direito Processual*, nº 26, p. 20/63, maio/2005.

3. A EVOLUÇÃO DA TUTELA COLETIVA NO DIREITO BRASILEIRO

- Bibliografia:

MANCUSO, Rodolfo Camargo. *A normação brasileira sobre processo coletivo*. In: MANCUSO, Rodolfo Camargo. *Jurisdição coletiva e coisa julgada*. São Paulo: RT, 2006.

4. TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E TUTELA COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS

- Bibliografia:

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. São Paulo: RT, 2006.

5. TUTELAS DE URGÊNCIA

- Bibliografia:

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência: (tentativa de sistematização)*. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

THEODORO JUNIOR, Humberto. As liminares e a tutela de urgência. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda (Coord.). *Inovações sobre o direito processual civil: tutelas de urgência*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 239-268.

6. GARANTIA DO PROCESSO JUSTO E TUTELA JURISDICIONAL EM TEMPO RAZOÁVEL

- Bibliografia:

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Aceleração dos procedimentos. In: DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, v. II.

7. O JUIZ E A INICIATIVA DA PROVA

- Bibliografia:

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Poderes instrutórios do juiz*. 3.ed. São Paulo: RT, 2001.

CARNELUTTI, Francesco. *A prova civil: parte geral: conceito jurídico da prova*. São Paulo: LEUD, 2003.

8. A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA

- Bibliografia:

CAMBI, Eduardo. *A prova civil*. São Paulo: RT, 2006.

DALL'AGNOL JÚNIOR, Antonio Janyr. Distinção dinâmica dos ônus probatórios. *Revista dos Tribunais*, v. 788, p. 92-107, junho/2001.

SEBASTIÃO, Jurandir. *Responsabilidade médica civil, criminal e ética*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

9. EXECUÇÃO FORÇADA E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

- Bibliografia:

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Cumprimento da sentença civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Novas reformas do Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Aspectos polêmicos da nova execução*. São Paulo: RT, 2006.

10. TUTELA JURISDICIONAL RESSARCITÓRIA E TUTELA INIBITÓRIA

- Bibliografia:

MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: RT, 2004.

Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Projeto Estruturante: A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

Projeto Individual ou Coletivo de Pesquisa: As instituições de processo penal e o seu condicionamento político e social na História do Brasil

Professores: Felipe Martins Pinto – José Barcelos de Souza

Referências Temáticas:

1. Fontes e evolução legislativa do Direito Processual Penal brasileiro;
2. Sistemas processuais;
3. O Processo Penal como procedimento em contraditório;
4. Origem e características do inquérito policial;
5. Os princípios políticos e jurídicos do Processo Penal;
6. A evolução científica do Direito Processual Penal;
7. Processo e procedimento. A finalidade do Processo Penal
8. História, estrutura e funcionamento do Tribunal do Santo Ofício;
9. Jurisdição penal;
10. Ação penal.

Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Projeto Estruturante: A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa: O Processo Coletivo

Professora: Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau

Referências Temáticas:

1. Principais ações coletivas no Direito Brasileiro e seus objetos
2. Teoria Geral dos Processos Coletivos
3. Evolução histórica dos processos Coletivos no Direito Constitucional Brasileiro
4. O objeto material do Direito Processual coletivo comum
5. Aspectos controvertidos da Legitimação Ativa e Passiva nos Processos coletivos Brasileiros
6. Aspectos controvertidos da competência nos Processos Coletivos Brasileiros
7. A coisa julgada nos Processos Coletivos
8. Elementos de identificação das Ações Coletivas e os institutos da Conexão, continência e litispendência
9. A atuação conjunta dos Ministérios Públicos nas Ações coletivas
10. Ação Civil Pública: prática atual, legislação em vigor e Projeto de Lei nº 5.139/09. Mandado de Segurança Coletivo.

Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Projeto Estruturante: Tendências atuais da Administração Pública: participação, consensualidade e controle.

Professores: Florivaldo Dutra de Araújo - Onofre Alves Batista Júnior

Referências Temáticas:

- 1. PROPEDEÚTICA E PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Conceito, natureza e fins. Administração Pública como organização e como atividade. Administração Pública e Governo. A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado. Poderes da Administração. Evolução da Administração Pública. Reformas administrativas no Brasil. 1.2. DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito. Fontes. Evolução histórica. Direito Administrativo no Brasil. 1.3. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: Relação Jurídico-Administrativa. Princípios constitucionais do Direito Administrativo.
- 2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR:** 2.1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Desconcentração de competências. Descentralização política e

administrativa. Administração Direta e Indireta. Autarquias, empresas estatais e fundações: conceito, natureza e regime jurídico, características, controle. Agências reguladoras e executivas. Consórcios públicos. Evolução e tendências da organização administrativa. 2.2. ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR: Conceitos. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações Sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público. Contratos de gestão.

3. ATO ADMINISTRATIVO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 3.1. ATO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, elementos, atributos, classificações. Perfeição, validade e eficácia. Extinção. Vinculação e discricionariedade. 3.2. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, importância, objetivos, fases, espécies, fundamentos constitucionais.

4. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO: 4.1. LICITAÇÃO: Conceito, finalidades, princípios, modalidades, procedimento licitatório, anulação e revogação, recursos Administrativos. 4.2. CONTRATO ADMINISTRATIVO: Conceito, características, modalidades, extinção. 4.3. CONVÊNIOS: Conceito, características. Distinção entre convênios e contratos. 4.4. CONSÓRCIOS PÚBLICOS: Conceito, características, formação, objetivos.

5. SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO: 5.1. Conceito de serviço público. Serviço público e outras atividades da Administração: distinção. Intervenção do Estado no domínio econômico. Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público. Direitos dos usuários. 5.2. Concessões e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Extinção da concessão e da permissão. 5.3. Parcerias público-privadas.

6. AGENTES PÚBLICOS: Espécies. Cargo, emprego e função. Regime constitucional dos servidores. Responsabilidade do agente público.

7. DOMÍNIO PÚBLICO: Classificação dos bens públicos. Regimes jurídicos. Aquisição e alienação. Uso de bem público por particular.

8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA: Função social da propriedade. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação.

9. DIREITOS SUBJETIVOS PÚBLICOS E OBRIGAÇÕES PÚBLICAS: 9.1. DIREITOS SUBJETIVOS PÚBLICOS: Conceito. Fontes. Lesão do direito do administrado por procedimento ativo ou omissivo da Administração. Situações contenciosas nascidas de violação dos direitos públicos subjetivos do administrado. Iniciativa de promover a apreciação judicial. 9.2. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO. Fundamentos e características. Evolução da responsabilidade do Estado por atos administrativos. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais. 9.3. OBRIGAÇÕES PÚBLICAS: Conceito. Fontes. Execução voluntária. Execução coativa: meios diretos e indiretos de coerção em via administrativa; controle jurisdicional.

10. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Conceito, abrangência, controle interno e externo. Controle administrativo, legislativo e jurisdicional. A evolução do controle da Administração Pública no Brasil. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Controle de gestão.

SUGESTÕES DE BIBLIOGRAFIA MÍNIMA (preferencialmente as edições mais recentes)
ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Motivação e Controle do Ato Administrativo*. Belo Horizonte: Del Rey.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização e Outras Formas*. São Paulo: Atlas.

FERRAZ, Luciano, MOTTA, Fabrício (org.). *Direito Público Moderno: Homenagem ao Professor Paulo Neves de Carvalho*. Belo Horizonte: Del Rey.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva.

LIMA, Sérgio Mourão Correa (org.). *Temas de Direito Administrativo: Estudos em Homenagem ao Professor Paulo Neves de Carvalho*. Rio de Janeiro: Forense.

MEDAUAR, Odete. *O Direito Administrativo em Evolução*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Mutações do Direito Administrativo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. *O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário*. São Paulo: Saraiva (ou Rio:Forense).

Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Projeto Estruturante: Teoria do Delito

Professores: Daniela de Freitas Marques, Luís Augusto Sanzo Brodt , Sheila Jorge Selim de Sales, Túlio Lima Vianna

Referências Temáticas:

1. Princípios constitucionais penais
2. Conduta
3. Tipicidade
4. Ilícitude
5. Culpabilidade
6. Omissão penalmente relevante
7. Nexo causal
8. Tentativa e consumação
9. Concurso de pessoas
10. Erro de tipo. Erro de proibição.

Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Projeto Estruturante: Evolução e tendências das limitações ao poder de tributar

Professores: Misabel de Abreu Machado Derzi e Werther Botelho Spagnol

Referências Temáticas:

1. Os princípios ordenadores do sistema tributário nacional: Federalismo e Estado Democrático de Direito. Reflexos no sistema tributário nacional.
2. Metodologia do Direito Tributário. O modo de pensar por meio de conceitos. O modo de pensar por meio de tipos. A prevalência do modo de pensar por meio de conceitos e a prevalência dos princípios constitucionais no Direito Tributário.
3. A estrutura lógica das normas jurídicas. A hipótese e a consequência das normas tributárias e seus aspectos ou critérios. Normas, regras e princípios.
4. Competência tributária. Discriminação constitucional e modalidades. Conflitos de competência; soluções constitucionais; o papel das leis complementares e das resoluções do Senado Federal.
5. As imunidades como limitações constitucionais ao poder de tributar. O papel das leis complementares. Evolução e interpretação.

6. Direitos e garantias constitucionais do contribuinte. Segurança e Igualdade. A capacidade econômica.
7. A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário, em relação aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A boa fé.
8. O conceito de tributo e as grandes espécies tributárias. A teoria geral dos impostos, das taxas e das contribuições.
9. O Procedimento Administrativo e o devido processo legal.
10. A Repressão ao ilícito tributário. Multas, penalidades pecuniárias e garantias do contribuinte.

Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Projeto Estruturante: As transformações do Direito material e processual do Trabalho exigidas pelo Pós-Moderno

Professores: Adriana Goulart de Sena, Antônio Álvares da Silva, Antônio Gomes de Vasconcelos e Daniela Muradas Reis

Referências Temáticas:

1. Direito ao trabalho.
2. Flexibilização das relações de trabalho.
3. Relação de emprego e relações de trabalho.
4. Representação e participação do empregado na empresa.
5. Contratos de trabalho e sua regulação jurídica.
6. Direito de greve.
7. Negociação coletiva de trabalho.
8. Sindicatos: fundamentos e tendências.
9. Reforma da Justiça do Trabalho.
10. Tendências e perspectivas do Processo do Trabalho.

Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa: Da Educação em Direitos Humanos como Instrumento de Participação Política

Professora: Adriana Campos Silva

Referências Temáticas:

- 1 - A idéia de justiça política: eficácia jurídica do princípio democrático
- 2 - Dos direitos e garantias políticas: distinção entre direito fundamental e garantia institucional
- 3 - Participação política como liberdade fundamental: o Estado da Justiça
- 4 - Da Educação em Direitos Humanos face à natureza das liberdades públicas
- 5 - Direitos Humanos e Liberdades Públicas: alcance e limites
- 6 - Partidos Políticos
- 7 - Sistema Representativo
- 8 - Sistemas Eleitorais
- 9 - Justiça Eleitoral: da legitimação por procedimento
- 10 – Legislações eleitorais contemporâneas

Linha de Pesquisa: A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM FACE DA PESSOA E DA EMPRESA

Projeto Estruturante: A expressão da liberdade no Direito Privado

Professores: Manuel Cândido Rodrigues e Silma Mendes Berti

Referências Temáticas:

1. Proteção civil da intimidade e os demais bens da personalidade.
2. Prescrição e decadência.
3. Sociedade civil estrita.
4. Abuso de direito.
5. Enriquecimento sem causa.
6. Lesão nos contratos.
7. Responsabilidade civil: pressupostos, tendências e evolução.
8. A propriedade: evolução, natureza jurídica e fundamento do direito de propriedade.
9. Normas cogentes e dispositivas em direito de família.
10. Sucessão legítima e testamentária.

Linha de Pesquisa: A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM FACE DA PESSOA E DA EMPRESA

Projeto Estruturante: A expressão da liberdade no Direito Privado

Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa: História do Direito Privado brasileiro

Professor: Giordano Bruno Soares Roberto

Referências Temáticas:

1. Ordenações Filipinas e Direito Civil brasileiro.
2. Civilística portuguesa e Direito Civil no Brasil Imperial.
3. Ensino do Direito Civil no Brasil Imperial.
4. Produção bibliográfica de Direito Civil no Brasil Imperial.
5. Teixeira de Freitas e a Consolidação das Leis Civis.
6. Teixeira de Freitas e a unificação do Direito Privado.
7. Teixeira de Freitas e o Direito Civil latino-americano.
8. A questão do casamento civil no Brasil Imperial.
9. O Direito Civil brasileiro e a questão do elemento servil.
10. A situação jurídica da mulher no Brasil Imperial.

Linha de Pesquisa: A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM FACE DA PESSOA E DA EMPRESA

Projeto Estruturante: Novos Desafios da Organização Empresarial

Professores: Fabiano Teodoro de Rezende Lara, Marcelo Andrade Feres, Moema Augusta Soares de Castro, Osmar Brina Corrêa Lima e Sérgio Mourão Corrêa Lima

Referências Temáticas:

1. Do Direito Comercial ao Direito Empresarial: panorama histórico e perspectivas.
2. Fundamentos e diretrizes constitucionais para o Direito de Empresas.
3. Filosofia e princípios do Código Civil para o Direito de Empresas.
4. Mercados organizados para a atividade empresarial: estruturação jurídica e agentes.
5. Empresário individual.
6. Sociedade anônima.
7. Sociedade limitada.
8. Contratos empresariais.
9. Títulos de crédito.
10. Propriedade industrial.

11. Falência.
12. Recuperação da empresa em crise.

Linha de Pesquisa: A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM FACE DA PESSOA E DA EMPRESA

Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa: O regime de economia de mercado estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil, como instrumento de garantia da liberdade tanto nas relações pessoais quanto nas relações empresariais

Professores: Amanda Flávio de Oliveira, João Bosco Leopoldino da Fonseca, Maria Isabel Vianna de Oliveira Vaz e Fabiano Teodoro de Rezende Lara.

Referências Temáticas:

MESTRADO

1. O Direito Econômico no contexto das disciplinas jurídicas. Suas características. Direito Econômico e Direito da Economia. Princípios informadores da elaboração das normas de Direito Econômico e de sua aplicação. Perspectivas microeconômica e macroeconômica. A inter-relação com a Ciência Econômica: conceitos de Microeconomia. Princípios de Direito Econômico.
2. Evolução do Direito Econômico – Intervenção regulativa – Intervenção ativa – Implantação do contexto de mercado: contexto constitucional atual: regulação e concorrência. A perspectiva da globalização e os novos direcionamentos do Direito Econômico.
3. Ordem econômica constitucional. Conceito de Constituição Econômica. Evolução do conteúdo. Sua repercussão sobre o estudo e sobre a normatização do Direito Econômico. Princípios constitucionais que regem a atividade econômica.
4. A empresa e o Estado como sujeitos de Direito Econômico. Grupos econômicos. Joint ventures. Formas modernas de contratação empresarial: franchising, engineering, etc. A concentração de empresas como fenômeno atual. O novo papel do Estado: Regulação e Controle da concorrência. As agências reguladoras: análise crítica. A parceria público privada na ótica do Direito Econômico. A nova lei de falências e sua visualização pelo Direito Econômico. A política econômica de criação e promoção da pequena, média e microempresa.
5. A proteção ambiental, como princípio integrante da ordem econômica: recursos naturais, sua preservação. Papel do Estado e da Empresa. As grandes questões ambientais da atualidade: globalidade e interdependência. As origens da crise ambiental e as transformações político-econômicas do capitalismo no século XX. O enfoque econômico da questão ambiental: o problema das falhas de mercado. A economia do meio ambiente e os mecanismos para a correção das externalidades ambientais negativas. A regulamentação da política ambiental no Brasil.
6. A ordem econômica internacional e sua repercussão nas decisões de política econômica interna. Principais documentos integrantes da ordem econômica internacional, seu conteúdo e sua influência no Direito Econômico brasileiro. Direito em crise: Fim do Estado Moderno. A reestruturação global e o Direito.
7. Os tratados econômicos regionais. Sua importância. Principais tratados e sua relação com o Direito brasileiro. O Mercosul: principais documentos constitutivos e regulativos. Evolução progressiva e crises. Abordagem comparativa com o tratado instituidor da União Européia.
8. Planejamento econômico. Sua visão do ponto de vista liberal. A perspectiva do Estado dirigente da economia. Contexto constitucional atual. Papel regulatório-programador das Agências Reguladoras em cada setor. Visão de conjunto. Histórica do Planejamento no

Brasil: análise crítica. O planejamento atual no Brasil. Conflito ou convergência entre economia de mercado e planejamento.

9. A proteção do consumidor como um dos princípios informadores da ordem econômica brasileira. O mercado e a inserção do consumidor. Economia de mercado, globalização e política econômica de defesa do consumidor.

10. O Direito econômico e os instrumentos modernos de circulação e distribuição da riqueza. Os organismos financiadores, reguladores e controladores. Seu papel no direcionamento da economia brasileira. A política econômica direcionada a regular o mercado e a eliminar as desigualdades sociais e regionais.

DOUTORADO

1. As relações de mercado e a atuação do Estado. Aspectos diacrônico e sincrônico. As relações entre o Direito e a Economia no âmbito de regulação do mercado.

2. A Constituição Econômica e a Ordem Jurídica Comunitária. União Européia, Nafta, Alca e Mercosul. Influência destes organismos econômicos internacionais na tomada de decisões de política econômica brasileira. O relacionamento futuro entre estes organismos e a atuação do Brasil no Mercosul.

3. A organização privada do mercado. A empresa na realidade jurídica brasileira e internacional. A função social da empresa. Aspectos econômicos e jurídicos da empresa. O contexto da globalização. Os chamados agrupamentos europeus de interesse econômico.

4. A política econômica de regulação dos preços. Determinação dos preços. Abusividade na sua fixação. Conceito de abuso de posição dominante: jurisprudência e doutrina internacionais. O preço como instrumento de atuação no mercado. Preços base e preços teto. O “dumping” no mercado interno e externo. O “dumping” como instrumento de proteção e desenvolvimento. Sua visão no G.A.T.T. e na O.M.C.

5. A política econômica de regulamentação do Sistema Financeiro. Aspectos históricos dessa regulamentação no Brasil. Problemas atuais: o Banco Central do Brasil. Órgão regulador ou órgãos controlador da concorrência bancária. Visão do Banco Central. Visão do C.A.D.E. Visão do problema no contexto internacional.

6. A política econômica de proteção do meio ambiente. Surgimento e evolução do questionamento sobre regulamentação jurídica. Aspectos econômicos e jurídicos. Conceituação do chamado desenvolvimento sustentável. Origem e conteúdo desta idéia. Os movimentos internacionais de defesa do meio ambiente.

7. A política econômica do desenvolvimento. A soberania econômica dos países em desenvolvimento. Nacionalizações e desenvolvimento. Regulamentação dos investimentos privados estrangeiros e das empresas transnacionais. As joint ventures e outras formas de associação contratual. O patrimônio comum da humanidade e o desenvolvimento. As transferências de conhecimento (cooperação técnica entre os países). Transferências de tecnologia. Os aportes de capitais (as ajudas: FMI, BIRD e outros). As trocas: o comércio internacional e o desenvolvimento.

8. A política econômica de proteção do consumidor. Surgimento do questionamento jurídico. Aspectos dessa proteção na União Européia, nos Estados Unidos, no Canadá e Mercosul. Os princípios fundamentais adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Análise crítica do Protocolo de Fortaleza. Confronto entre harmonização e uniformização.

9. A política econômica de regulamentação da concorrência. Aspectos históricos. A atuação da SDE e do CADE. A atuação do poder judiciário. Princípios fundamentais adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Conceituação de infração à ordem econômica. A admissibilidade dos atos de concentração. Análise crítica da proposta de reforma dos órgãos de defesa da concorrência e do consumidor: a proposta de criação de

agência ou de tribunal.

10. A política econômica de controle da qualidade e da informação. Sua influência na política de proteção do mercado, do consumidor e do meio ambiente. A boa-fé e a lealdade nas relações de mercado.

Linha de Pesquisa: DIREITO, RAZÃO E HISTÓRIA

Projetos Estruturantes: Matrizes fundantes do Pensamento Jurídico e Hermenêutica como instrumento de realização da justiça

Projetos Individuais ou Coletivos de Pesquisa: Direito, Cultura e Civilizações Justiça: teoria e realidade, Hermenêutica e Constituição, Educação Jurídica em Direitos Humanos

Professores: Arthur José Almeida Diniz, Brunello Souza Stancioli, Iara Menezes Lima, Joaquim Carlos Salgado, José Luiz Borges Horta, Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, Mariá Aparecida Brochado Ferreira, Maria Fernanda Salcedo Repolês, Maria Helena Damasceno e Silva Megale, Renato César Cardoso e Ricardo Henrique Carvalho Salgado

Referências Temáticas:

1. Conhecimento científico e conhecimento filosófico do Direito.
2. Direito e valor.
3. Direito e coerção.
4. Direito e liberdade.
5. Direitos fundamentais.
6. Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade.
7. História do direito romano público e privado.
8. O problema da justiça no Idealismo Alemão.
9. Evolução ética do Estado de Direito.
10. Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.

Linha de Pesquisa: DIREITO, RAZÃO E HISTÓRIA

Projeto Estruturante: Hermenêutica como instrumento de realização da justiça

Projetos Individuais ou Coletivos de Pesquisa: Hermenêutica epistemológica e hermenêutica fenomenológica

Professores: Aloizio Gonzaga de Andrade Araújo, Andityas Soares de Moura Costa Matos, Maria Helena Damasceno e Silva Megale, Thomas da Rosa Bustamante

Referências Temáticas:

1. Hermenêutica epistemológica.
2. A teoria hermenêutica de Emilio Betti.
3. Hermenêutica filosófica.
4. A hermenêutica na matriz fenomenológica.
5. Fontes de valoração da hermenêutica jurídica: a compreensão virtuosa do direito.
6. Linguagem: o caráter universal da hermenêutica.
7. A hermenêutica da contratualidade.
8. A razoabilidade como fundamento hermenêutico.
9. Aspectos juspolíticos da Hermenêutica Constitucional.
10. A hermenêutica da legislação no Estado Democrático de Direito.

Linha de Pesquisa: DIREITO, RAZÃO E HISTÓRIA

Projeto Estruturante: Hermenêutica como Instrumento de Realização da Justiça
Projetos Individuais ou Coletivos de Pesquisa: Observatório para qualidade da Lei
Professora: Fabiana de Menezes Soares

Referências Temáticas:

1. Legística Material e Legística Formal no quadro da efetivação dos direitos fundamentais
2. Produção do direito e circulação de modelos jurídicos na *Common Law* e na *Civil Law*
3. Avaliação Legislativa e conhecimento real do direito
4. Compreensão e comunicação da legislação no contexto da melhoria do círculo normativo
5. Legística e Hermenêutica
6. Fronteiras, perspectivas e desafios da Teoria da Legislação
7. Avaliação legislativa e a tecnologia da informação: participação e reconstrução de cenários de incidência normativa.
8. Legística e força vinculante: por uma ordem normativa mais persuasiva e menos coativa
9. O devido dever de publicidade oficial e a presunção de conhecimento da leis

Linha de Pesquisa: Direito, Razão e História

Projetos Individuais ou Coletivos de Pesquisa: Ciência do Direito: métodos, dinâmica e ação

Professores: Maria Fernanda Salcedo Repolês, Miracy Barbosa de Sousa Gustin, Mônica Sette Lopes

Referências Temáticas:

1. Conhecimento científico e conhecimento filosófico do Direito.
2. Direito e valor.
3. Direito e coerção.
4. Direito e liberdade.
5. Direitos fundamentais.
6. Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade.
7. História do direito.
8. Conhecimento do direito e interdisciplinariedade.
9. Evolução ética do Estado de Direito.
10. Direito e método.

Linha de Pesquisa: DIREITO, RAZÃO E HISTÓRIA

Projeto Estruturante: Novos Paradigmas do Direito Internacional

Professor: Roberto Luiz Silva

Referências Bibliográficas:

MESTRADO:

- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Direito das organizações internacionais*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- CASELLA, Paulo Borba. *Fundamentos do direito internacional pós-moderno*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- MENEZES, Wagner. *Ordem global e transnormatividade*. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.
- SILVA, Roberto Luiz. *Direito internacional público*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

DOUTORADO:

BUERGHENTAL, Thomas. MURPHY, Sean D. *Public international law in a nutshell*. St. Paul: Thomson West, 2006.

DREYFUS, Simone. *Droit des relations internationales: éléments de droit international public*. Paris: CUJAS, 1992.

JACKSON, John H. *Sovereignty, the WTO and changing fundamentals of international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HARRIS, David J. *Cases and materials on international law*. London: Sweet & Maxwell, 1998.

SILVA, Roberto Luiz. *Direito internacional público*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.